

PAISAGENS LIMIARES NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: IDENTIDADES DIASPÓRICAS E LUGARES DESTERRITORIZADOS
THRESHOLDS LANDSCAPES IN BRAZILIAN CONTEMPORARY: DIASPORIC IDENTITY AND DETERRITORIALIZED PLACES

Ricardo Araújo Barberena¹

RESUMO: O presente ensaio busca problematizar narrativas literárias que tematizam personagens à margem da estratificação social-econômica brasileira e caracterizam uma representação identitária antagônica ao moderno conceito de sujeito nacional. A identidade nacional passa a ser rediscutida por intermédio de uma releitura do Brasil, na qual os indivíduos-margem se encontram situados como mote principal de uma [des]escrita de um romance fragmentado e de um filme de travessia. Desse modo, os textos perseguem a seguinte pergunta: Quem somos nós? E mais: que espaço habitamos?

PALVRAS-CHAVE: Identidade. Nação. Cidade. Literatura Contemporânea

Qual será a visibilidade disciplinar de algumas figurações nacionais que não se encontram em condição – institucionalizada – de constituir uma identidade única enquanto aparato burocrático e simbólico? Será que estamos preparados para a assimilação de um *corpus* cultural que redesenha o espaço nacional pela perspectiva da diversidade e da não-linearidade? Onde se olvidam as estratégias de representação que compõem, imaginam e instituem a identidade nacional enquanto um debate cultural voltado para uma ressignificação dos valores de homogeneidade e unicidade geográfica, simbólica, identitária? A partir dessas perguntas introdutórias, buscamos, à luz da crítica pós-colonial, uma série de problematizações referentes ao desmantelamento da concepção totalizadora de cultura nacional e à emergência de outras *geografias simbólicas* provenientes de sujeitos culturais à margem. Nesse sentido, objetiva-se uma *condição-de-desconfiança* perante os postulados do moderno conceito de sujeito nacional. Avalia-se, para tanto, como a identidade nacional passa a ser rediscutida por intermédio de uma releitura do Brasil, na qual os indivíduos-margem se encontram situados como mote principal de narrativas brasileiras contemporâneas. Instigado pelas matrizes contra-canônicas dessas realizações culturais, lançamos mais duas indagações que perpassam, enquanto pano-de-fundo discursivo e teórico, todas as considerações efetivadas: *quem somos nós?* E mais: qual é o espaço que temos representado?

Tendo em vista esta opção crítico-teórica, referenda-se o estatuto de uma identidade nacional contra-hegemônica que passa a ser representada em uma malha imagética e discursi-

¹ Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutor pela UFRGS. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. E-mail: ricardobarberena@hotmail.com.

va. Em última instância, estamos propondo a visibilidade de uma diferença, não resumida apenas enquanto binarismo de um “Eu” nacional e um “Outro” exterior. É preciso, portanto, que focalizemos uma identidade marcada internamente por uma alteridade atuante nos constantes deslocamentos da própria nacionalidade em questão. Antes de uma lógica de exterioridade, investe-se em uma perspectiva teórica que dá conta da efetiva pertinência de uma outriedade que desconstrói as diversas paisagens identitárias através do feixe de diferentes pertencimentos de classe, raça e gênero. Considerando a relevância da discussão acerca dessas outras paisagens identitárias, produz, então, uma mirada crítica sob a identidade nacional através de um constante diálogo com artefatos culturais transnacionais. Ao aproximar diferentes narrativas, é possível mapear um escopo simbólico e identitário que não podia ser restringido aos simples e contenciosos limites de uma brasilidade monolítica. Assim sendo, essa moldura teórica nos leva a discutir uma identidade declinada sob a diferença, pois se recorre aos posicionamentos críticos norteados pelo questionamento das noções clássicas de imutabilidade do “limite” e da “fronteira”.

Nessa esteira epistemológica, diríamos que o foco central de atenção se situa nos mecanismos de *representação* da brasilidade em narrativas que apresentam uma nação deslocada em relação aos paradigmas de uniformidade cultural e identitária. Por consequência, dedica-se um maior fôlego crítico para essa gama de histórias dissonantes que relatam as complexas travessias pelo interior de um país conjugado na pluralidade de significados e valores político-sociais. Mas há que se ressaltar que toda essa investigação passa por uma premissa teórica fundamental: as culturas, *circunscritas a uma territorialidade*, são constituídas não apenas por instituições culturais, mas também por representações, símbolos e imagens que a transformam em um *discurso* – um modo de construir sentidos e organizar tanto as nossas ações quanto a concepção de nós mesmos. A cultura nacional, portanto, passa a ser analisada enquanto uma grande *narrativa* produtora de sentidos e significados sobre a nação, com os quais construímos as nossas *identidades*. E aí seria possível chegar a um dos pressupostos que norteia essa trajetória de pensamento: uma narrativa da nação está indexada nas obras de uma literatura nacional, gerando diversos cenários, eventos, rituais, panoramas, símbolos que representam as experiências de triunfo e de desastre [sentidos nacionais], supostamente, *compartilhadas* por todos os indivíduos da comunidade. Ao transitar entre diferentes linguagens [literária/fílmica/fotográfica], pretendemos apontar para o efetivo processo de desierarquização das produções culturais que possibilitou a relativização da especificidade disciplinar e a intersecção entre linguagens distintas. Com efeito, torna-se evidente a afiliação diante de uma

crítica literária que procura os aspectos de uma produtividade marcada por uma tensão entre a continuidade e a descontinuidade: a necessidade de comparar realidades geográficas, culturais, linguísticas. Essa [trans]disciplinaridade de conceitos parece demonstrar um ponto de abertura tanto para a pluralidade e a outridade, quanto para o reconhecimento das singularidades e particularidades. Ao proceder esta mobilidade, abre-se um campo de discussão teórica descentrada e consciente das diferenças que integram cada cânone literário nacional. Esta postura crítica, mais que uma estratégia-de-leitura, caracteriza-se como um diálogo transcultural sustentado pela aceitação das diferenças dos movimentos de desterritorializar e reterritorializar linguagens, histórias, culturas, literaturas diaspóricas.

Afinando o nosso discurso aos Estudos Culturais, estabelecemos um *locus* enunciativo que busca analisar as diversas formas de produção em relação às práticas sociais e às estruturas históricas no tocante ao funcionamento da cultura na cena contemporânea. Devido ao seu caráter interdisciplinar, os Estudos Culturais possibilitaram a inclusão de novos objetos culturais que proliferam os entrecruzamentos entre literatura e outros sistemas semiológicos. Ainda seria importante ratificar que, ao trazer à tona objetos artísticos finisseculares, dediquei a minha atenção ao real processo de democratização dos meios de disseminação cultural, pois parece difícil negar o efeito contra-narrativo desse *corpus* perante a antiga cristalização de uma tradição e a História Oficial. E é justamente essa atitude de desestabilizar as cristalizações deterministas acerca do signo *verdadeiramente* nacional que movimenta a matéria-de-pensamento que busco problematizar, de forma que seja possível se debruçar também nas descontinuidades de uma narrativa de brasilidade em infinito processo de transformação e reconstrução – a cada esquina, a cada imagem, a cada película. Dentro deste balanço do contexto político-cultural de uma identidade em movimento, cada vez mais, a nação brasileira pode vir a se tornar um substrato de reflexão no tocante ao desenvolvimento de um aporte teórico voltado para o estudo de uma diversidade cultural que atravessa uma “comunidade imaginária” fragmentada e heterogênea.

No presente ensaio, persegue-se uma postura crítico-teórica que busque tomar consciência de uma diferença cultural vivenciada no interior da cultura nacional. Mas para se seguir esse percurso analítico há que se reconhecer a vigência, como primeiro entrave crítico-teórico, de uma herança derivada de uma longa tradição cultural institucionalizada e convencionalizada nos moldes de uma literatura nacional, de uma história, de uma iconografia nacional, inseridas em um determinado cânone e historiografia. Devido a esta tradição biografista e canônica, considero, então, premente um *revisionismo* no que se refere às premissas de valor-verdade na

formação de uma identidade nacional orientada pela ancestralidade de um passado pretensamente imutável. E é justamente neste flanco revisionista que reside a minha principal investida em um *tropo* crítico voltado para os influxos internos dos múltiplos Brasis. A narrativa, nesses termos de análise, torna-se dependente de uma série de suportes expressivos presentificados por modalidades verbo-icônicas – narrativa literária e/ou cinematográfica. Dentro de um *narrative syste*, o que importa é como um dado *significado* é construído no interior de uma determinada forma – seja ela verbal, seja ela escrita.

A partir da seleção dessas narrativas culturais, destaco, desde logo, uma premissa que necessita ser elucidada: o conteúdo destas narrativas está marcado enquanto paisagens identitárias antagônicas ao tradicional nacionalismo conjugado em um bloco de poder declinado sob figurações nacionais e sob uma própria hegemonia. Assim sendo, cada nacionalismo se encontra *referencializado* em uma determinada conjuntura histórica atravessada por uma classe, uma raça e um gênero dominante. Como ponto-de-partida, conforme os próprios pressupostos pós-coloniais, justifica-se aqui o agudo descentramento das representações de uma nação pura e homogênea. Tal compromisso crítico pressupõe, então, uma reivindicação política que coloque em xeque as representações da nação enquanto reflexos de uma superestrutura amarrada por construções políticas, culturais, raciais, lingüísticas monolíticas. Mas essa nação que se move através da sua diferença cultural não deve ser confundida como uma forma de absolutizar a alteridade por intermédio de um aglomerado pluralista e apolítico. O que está em jogo, nesse recorte proposto no meu *corpus*, não é um relativismo que oblitere as relações reais de poder em nome de uma noção nivelada de multiplicidade na qual todos se caracterizam como “outros”, pertencentes a um grupo subalterno qualquer. Quando me referi ao deslocamento da nação, estou na verdade mencionando o remapeamento de um tradicional conceito de *nacional* que enquanto formação cognitiva baliza uma alegoria de coletividade homogênea. Ao tematizar uma outridade que não foi legitimada por certas instâncias institucionais, voltamos nossa análise para objetos culturais negociados sob um poder simbólico também articulado em segmentos sociais à margem do *status quo* vigente. Ao buscar iluminar estes sujeitos nacionais *subalternos*, o presente ensaio propõe também uma releitura da univocidade canônica para que se possa estabelecer uma porta-de-entrada para o entendimento da engrenagem narrativa-valor-identidade na efetivação dos mecanismos de mitificação e eleição de certas representações como ficcionalizações fundacionais. Entendo, por consequência, que o estudo de tais narrativas se mostra pertinente justamente nesse processo de re-leitura de uma identidade nacional não mais orquestrada por um sentido de brasilidade único e homogêneo.

E se poderia questionar se tal estratégia crítica pretende decretar a falência da nação enquanto pertencimento estável e centralizador. Diante de tal indagação, responderia que essa nova estratégia crítica talvez não implique na completa derrocada do tradicional conceito de nação coercitiva, mas, sim, na instauração do direito à *desconfiança* perante o caráter metonímico e essencialista da nacionalidade. Ao propor uma maior abertura curricular aos objetos culturais protagonizados por identidades minoritárias, esta postura revisionista fixa terreno em uma incursão pedagógica norteada pela releitura das fraturas entre as representações culturais da identidade nacional e a realidade do país. Assim, a minha pesquisa se apresenta balizada por uma agenda epistêmica preocupada com uma alteridade que se desloca em diferentes instâncias de debate político e representação de uma identidade nacional caleidoscópica. Interrogar a continuidade progressista de um nacionalismo estreito que se articula sob as égides das exclusividades linguísticas, culturais e étnicas resulta, em termos práticos, na defesa de princípios acadêmicos pautados pela discussão acerca de solidariedades políticas multilíngues, multiconfessionais, multirraciais. E os objetos culturais, inseridos nesse ensaio, contribuem para que se possa refletir a respeito de uma nação permeada por uma diferença cultural expressada nas lutas reais e cotidianas dos grupos minoritários – sejam elas vivenciadas no *apartaid* social dos moradores da *Cidade de Deus*, sejam elas sonhadas nas lutas dos habitantes da *A república dos sonhos*. À medida que se admite que o sujeito nacional pode ser não-masculino, não-branco, não-burguês, abre-se um leque crítico para revisitar as crises e os combates de uma cotidianidade marcada por várias esferas de poder e por múltiplos pertencimentos identitários. Há, portanto, que se perceber os textos literários e fílmicos como estratégias de narrativização de uma dada identidade agenciada por uma determinada classe, raça e gênero. Para escolher essas narrativas contemporâneas, foi preciso definir o próprio objeto de análise pela ótica da descontinuidade como uma visão não-linear, não-censural e não-cumulativa da história. Partindo dessa perspectiva, pretendo me alinhar a uma herança pós-estruturalista que começa a trabalhar com as noções de corte, transformação, limiar, caracterizando-se um visível antagonismo perante àqueles antigos pressupostos teóricos que buscavam seguir as curvas evolutivas e as tradições institucionalizadas. E isto quer dizer várias coisas: além da falta de modelos e limites previamente fixados, se aceita o entrecruzamento dessas instâncias discursivas como uma possibilidade de retrair territorialidades literárias e não-literárias. Esse debate autoriza a releitura de um feixe de pressupostos críticos presentes na história oficial, introduzindo-se um questionamento de certos conceitos etnocêntricos como os critérios de filiação, de hereditariedade, de fonte e influência. Em sintonia com este debate sobre as media-

ções entre a Literatura e as demais narrativas, constrói-se, então, uma pesquisa que busca se atentar ao jogo oscilante de secularização–desvalorização–reinvenção dos mitos nacionais dentro de um quadro social marcado por identidades tencionadas por uma realidade dividida entre o transnacional e o regional. Além disso, o presente ensaio se origina da crença na *mobilidade* do remapeamento das identidades territoriais em uma perspectiva de fluidez e flexibilidade das fronteiras nacionais: afinal, aquele antigo discurso universalista encapsulador está abalado por uma necessidade de transpor espaços totalizantes e por um diálogo articulado no limiar dos textos, das culturas, do tempo, dos símbolos. Assim, mais do que nunca, procuro discutir a antiessencialização de uma nacionalidade compartilhada por um sistema de representação.

Dentro dos paradigmas críticos modernos, torna-se bastante plausível afirmar que os índices nacionais são importantes fontes de identidade cultural, pois desde o nascimento nos acostumamos com certas definições a respeito de uma identidade subjugada a caracterizações e tipificações inscritas em uma conjuntura social e política – o malandro, o subdesenvolvido, o marginal. A rotulação dos genuínos exemplos de brasilidade passa por este processo de *identificação* numa lógica de essencialização da natureza/origem do indivíduo alinhada a uma perspectiva determinista concebida através de um protótipo para os legítimos brasileiros, argentinos e tchecos, resultantes do esquecimento de uma premissa básica epistemológica: quando se fala nos colombianos, brasileiros, russos, fala-se *metaforicamente*, nenhum gene humano contém estas informações. As identidades nacionais, portanto, não são geradas por propriedades específicas da fisiologia do nosso organismo que desencadeariam manifestações da “natureza” de um queniano ou de um inglês, derivam, sim, de uma negociação no interior da *representação*. Nesta perspectiva de releitura das identidades na contemporaneidade, pretendo questionar os significados de ser/estar “brasileiro” conforme os mecanismos utilizados para *representar* os diversos significados integrantes de uma “brasilidade” institucionalizada. Objetivo, então, discutir como as representações nacionais não se encontram hermeticamente finalizadas em um grupo de signos específicos da nação, afinal, o que está em jogo é o funcionamento de um *sistema* de representação cultural. As nações, portanto, no seu próprio nascimento, estão permeadas por diferenças culturais que desautorizam e rasuram uma linearidade de valores culturais em uma perspectiva de línguas, costumes e tradições. Desta maneira, a formação de uma identidade nacional unificada mostra-se dependente do apagamento das múltiplas etnias que contribuem para a integralidade daquela comunidade através da instauração de uma fantasia sobre a pureza racial e cultural. Cabe ressaltar, aqui, que esse processo de

branqueamento foi oportunamente salientado por Edward Said quando se refere ao estudo *Black Athena*, de Martin Bernal, que evidencia um “esquecimento”, no decorrer do século XIX, da presença de elementos das culturas meridionais, orientais, egípcias e semitas na construção da civilização grega para a sua transformação no berço da cultura “ariana”, incompatível com um passado híbrido de raízes africanas e semitas. O silenciamento de tais diferenças é percebido nos temas de lealdade propostos pelo estado-nação moderno como “todos iguais perante a lei”, “um único povo”, “uma pátria para viver”, quando sabemos que a realidade político-social é bem oposta ao conteúdo destas palavras de ordem “fundacionais”. A constituição deste sistema depende da participação ativa dos indivíduos legais – cidadãos – que discutem e *imaginam* uma nação como uma comunidade simbólica capacitada de despertar, por intermédio das suas representações, um sentimento de identidade e lealdade.

Para uma melhor compreensão do caminho que conduzirá o suporte teórico do meu ensaio, torna-se fundamental que se explicito o meu tropo analítico quanto ao tratamento da cultura nacional: considero que as culturas nacionais não são construídas unicamente e linearmente por instituições culturais, mas, sim, por um conjunto de símbolos e de representações traduzidos em um *discurso* pautado por sentidos, ditos nacionais, diretamente vinculados às nossas ações cotidianas e às idealizações de nós mesmos. Estes sentidos dissipados pela cultura nacional – autorizados pelo poder simbólico da nação – produzem uma rede de significados que permitem ao indivíduo se *identificar* com certas figurações da sua nacionalidade. Obviamente, tais sentidos nacionais podem ser historicizados através dos conteúdos das histórias oficiais atreladas às memórias da pátria, que influenciam as imagens formadas num presente político-social. De forma mais resumida, diria que o poder simbólico de uma nação é negociado dentro da sua cultura nacional através de uma narrativa pautada por significados culturais e por um foco de identificação sustentado em um sistema de representação – pretensamente unificado. Quando me refiro à suposta unicidade nacional, é necessário que fique clara uma premissa básica que desestabiliza tal hegemonia identitária: as nações, na sua esmagadora maioria, são originadas de culturas diferenciadas – separadas geograficamente e simbolicamente – por um extenso período de guerras até galgarem uma unificação.

As identidades nacionais, portanto, são incapazes de subjugar e apagar a complexa rede de *diferenças* manifestada por inúmeros discursos que se situam em uma relativa posição de “marginalidade”. Apesar de todo um passado crítico de silenciamento das diferenças culturais, os “outros” significados, que não são os institucionalizados, sempre estão presentes no interior da cultura nacional através de suas representações perturbadoras da identidade nacio-

nal. Desta forma, as identidades nacionais talvez não sejam tão imutáveis e estáveis como tradicionalmente se propunha, mas, sim, resultado das transitórias negociações de sentido que constituem um processo de identificação pautado por uma pluralidade de *diferenças*. Dentro dessa releitura dos significados culturais, as identidades nacionais podem ser estudadas como produto de um espaço de fronteira onde se discutem as diferenças através de uma relação híbrida de sentidos, pautada por um entre-lugar discursivo. Pensar a identidade em terras brasileiras, num momento pós-colônia, nos leva a refletir sobre a possibilidade de uma diferença que não seja compatível com as idéias da universalidade humana concreta e da sociedade igualitária secular, pois aquele evolucionismo primitivista de resgate do “selvagem” da natureza e de exaltação do outro “civilizado” está abalado por uma nova conjuntura social diferenciada daquela da Metrópole-Colônia. Na efetivação desse ensaio, que não se restringe ao aporte pós-colonial, recorro ao suporte teórico de um discurso antropológico pautado pela relativização dos sujeitos sociais e pela construção de uma crítica contundente a uma ideologia universalizante. O exercício de tal relativismo antropológico representa a implantação de um poderoso instrumento de crítica cultural que avalia as desigualdades socioeconômicas e problematiza os tradicionais padrões de normalidade aceitos pela comunidade. Este viés crítico introduz uma reflexão política sobre o modo de *relativizar* as identidades nacionais, demonstra a impossibilidade da formação de uma análise da diversidade nacional alienada de uma perspectiva antropológica, pois tal teoria está organizada através de uma leitura das representações simbólicas como uma relação entre o símbolo e o que ele simboliza – uma função significativa aberta e contingente constituída por traços de indeterminação e pluralidade.

Essas narrativas, recolhidas nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, tecem uma gama diegética e imagética que comprovam como as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Ao reler uma brasilidade na contemporaneidade, essas manifestações culturais se inscrevem em uma identidade fragmentada na qual uma celebração móvel possibilita ultrapassar e redesenhar uma geografia política e cultural. Esses novos protagonistas, articulados da ponta de um revólver carioca às lágrimas de um imigrante da Galícia, deflagram deslizamentos que permitem a erosão de uma identidade mestra que não esteja em sintonia com os descentramentos de um Eu suplementado por um Outro.

Como a unidirecionalidade das concepções fixas e sedentárias despertam sérias desconfianças, a ênfase do debate teórico passa a ser situada em uma identidade heterogênea submetida às clivagens de toda ordem. Antes de explicitar os meus principais pressupostos

teóricos, cabe, agora, uma rápida descrição das narrativas que compõem o meu *corpus* literário e fílmico. De princípio, vou me remeter aos romances *A república dos sonhos*, *Cidade de Deus* e *Cabeça a prêmio*. O romance *A república dos sonhos*, de Nélide Piñon, publicado em 1984, reflete os incontáveis cruzamentos e descaminhos de um povo brasileiro, perdido nos seus desejos-ânsias de justiça, trabalho, igualdade. Mas esses sonhos brasileiros também são os sonhos dos Outros, pois, ao se desenrolar a narrativa, fica evidente a presença de outras identidades imigrantes e diaspóricas (seja em personagens asiáticos, seja em personagens europeus). Fardo onírico, o Brasil comporta-se como terra de encontros e travessias entre histórias venturosas e deslocamentos trágicos. Como uma grande colcha de retalhos o romance desnuda uma história social brasileira atravessada pela oscilação intercambiante de múltiplos segmentos identitários e culturais. Através da personagem *Breta*, consolida-se a imagem de uma mulher brasileira que desconstrói as cristalizações patriarcais e burguesas. No interior da família *Madruga*, essa personagem reorienta um espaço de luta identitária que em muito se assemelha às conquistas das mulheres na contemporaneidade nacional. Há que se atentar também para as questões de raça na obra de Nélide Piñon. A personagem *Odete*, empregada da família *Madruga*, é uma afro-brasileira que preserva as tradições dos seus antepassados afros. Entretanto, *Eulália* e *Madruga*, imigrantes da Galícia, têm um juízo estereotipado e eurocêntrico em relação a este Outro não-branco: “Ainda no início, o ativo cheiro das axilas de Odete forçava *Madruga* a abandonar a mesa quando a tinha por perto. E, por tal incômodo, quis dispensá-la”. A personagem *Eulália* presentifica um desejo de dominação e “domesticação” da raça negra, e, em última instância, do Brasil mestiço, híbrido, plural. Na contramão, *Breta* revela sentimentos pontuados por uma respeito à alteridade afro no tocante à constituição étnica nacional: “*Breta* veio-lhe ao encontro insuflando-a a crer que se não fora a presença africana entre nós, seríamos hoje irremediavelmente déspotas e sanguinários”. Além disso, *Breta* é a personagem que será revolucionária não somente na família *Madruga*, pois, como ativista de esquerda, irá se engajar na luta de milhões de pessoas contra a ditadura militar e contra o AI-5. Já a personagem *Esperança*, filha de *Madruga* e *Eulália*, corporifica um processo-de-aprendizagem quanto à sua própria consciência de condição de mulher em oposição às castrações impostas pela sociedade. Nesse quadro familiar, *Tobias*, filho mais novo, incorpora um forte discurso quanto à problemática da reforma agrária, da exclusão social, e da opressão das minorias no Brasil pós-68. Em termos narrativos, o romance relega, luckacsianamente, as personagens históricas a papéis secundários. Assim, esses intertextos em relação à Historiografia instauram um posicionamento crítico no que se refere à História Oficial da nação. E-

merge, isso, sim, uma narrativa como grande metáfora da nação brasileira, voltada para as posições-de-sujeito marcadas pela margem social e pela outridade. A História do Brasil passa a ser entendida como a História de vários Sonhos – sonhados em plurais versões e traduções.

Já na ponta dos dedos de Paulo Lins escorrem as tintas de uma *Cidade* à sombra das edílicas topografias da capital carioca. O romance *Cidade de Deus*, publicado em 1997, registra, quase que sob o timbre da etnografia, uma viagem através de um escopo étnico/racial/lingüístico situado nas experiências e emoções caóticas de uma comunidade marginalizada. Há que se destacar que o próprio escritor se apresenta em uma condição de completa inserção quanto aos dramas e celebrações daquele mosaico humano: antigo morador da Cidade de Deus, Paulo Lins tem a vivência subjetiva do olho no olho, do calor da hora das palavras trocadas, dos matizes sígnicos nessas conexões de alteridade. Assim sendo, busco analisar esse texto como um dos primeiros romances etnográficos na literatura brasileira que se encontra pautado por um feixe de memórias pueris do escritor [ou, até mesmo, biográfico ou autobiográfico]. Parto de uma premissa narratológica e epistêmica: um dos grandes méritos dessa obra reside na construção de uma detalhada pesquisa etnográfica que não busca convencer o leitor de que a sua narrativa se mostra amalgamada ao plano do real – do factual histórico, da verdade positivista, do relato determinista. Ao intercambiar etnografia e matéria lírica, o escritor ilumina um imaginário *periférico* e violento, assombrosamente verossímil, que é permeado pela saga antiépica de uma guerra urbana. A partir dessa perspectiva de focalização narrativa, não interessa mais qual das histórias foi inventada e qual foi recolhida nos dolorosos depoimentos gravados durante anos de pesquisa. Entre personagens reais e nomes fictícios, nesse acidentado relevo identitário, diversas vozes, em trágica dissonância, reconstroem múltiplas vidas e significados olvidados no interior de uma cultura dominante. Parece, agora, difícil continuar *fazendo-se cegar* perante aqueles trezentos mil moradores. Afinal, tudo havia sido iniciado no já distante ano de 1966 quando uma leva de favelados foi transferida precariamente devido às inundações nos morros cariocas. Ali, no bairro Cidade de Deus, lugar imêmore e distante, ergue-se uma comunidade assolada pelo medo, pela injustiça, pela alegria, pela não-trégua, pela fúria bacântica. Neste romance, então, o personagem é uma população inteira que busca um tênue equilíbrio entre a sobrevivência sobrepujada e o cotidiano ritmado pelos calibres 38. Nas bordas do Rio de Janeiro, nas bordas da nação brasileira, ouvem-se, finalmente, as ânsias e valores de um grupo minoritário em contraste em relação àquela identidade branca, masculina, hegemônica.

Na primeira década do século XXI, *Cabeça a prêmio*, de Marçal Aquino, publicado em 2003, evidencia uma narrativa policial que não se restringe às formas narratológicas desse tipo de literatura, pois, inegavelmente, percebe-se uma escrita arrojada que em muito se assemelha a uma literatura *tout court*. Esse escritor brasileiro contemporâneo investe em um rompimento quanto aos marcos do gênero policial, no tocante ao retratamento de um Brasil bárbaro e profundo, submerso em uma malha de paixões e desesperos humanos. A nervosa e inquieta narrativa de Aquino não se resume à descrição de uma realidade *pulp* de matadores e vítimas trucidadas. Há, isso sim, um timbre narrativo cru e direto que combina uma estrutura narrativa complexa e descontínua, repleta de avanços, de elipses vertiginosas, de intensos deslocamentos geográficos. Ao introduzir ambientes e personagens, o romance pontua um matiz textual presente nos *tough writers* norte-americanos – Raymond Chandler, James M. Cain, Dashiell Hammett. Quanto à sua concisão narrativa, alinhada à escrita de Hemingway, ressaltam também os influxos do cinema no exercício da produção de diálogos ágeis que rechaçam qualquer tipo de floreio beletrista e ornamental. Na sua estrutura temporal, *Cabeça a Prêmio* se encontra descentrado em dois tempos distintos nos quais se deslocam cinematográficos *flashforwards* e *flashbacks*. Num desses tempos, dois matadores profissionais, *Albano* e *Brito*, planejam uma tocaia para arrebatar a vítima em questão. Já no outro *lócus* temporal um piloto tem uma relação amorosa secreta com a filha do fazendeiro-traficante que o emprega. Como nos *scripts* narrativos policiais, ao final da trama, todas as trajetórias-de-existência se entrecruzam. De uma forma ou de outra, todos os personagens têm a *cabeça a prêmio* num Brasil atravessado por identidades em travessia e constante recriação.

A partir dessa ênfase na representação do sujeito, no caso, personagem à margem de uma estratificação social-econômica brasileira, percebemos como se tecem as afiliações discursivas e identitárias no tocante às essencializações psíquicas e políticas em uma cultura dominante. Nesse sentido, parto da premissa que estas narrativas literárias e fílmicas se comportam, sobretudo, como formas liminares de representação social que garantem um redimensionamento das práticas políticas vinculadas à cultura nacional. Antes de trivializar uma versão celebratória das diferenças, procuramos, então, discutir a *mobilidade* e a *não-fixidez* da migração das narrativas sociais e culturais que fornecem imagens, cenários, símbolos e histórias, representativos do sentimento imaginário de realidade compartilhada e coexistente. E pensar uma identidade nacional também vivenciada na sucessão de imagens e saberes não-dominantes é fundamental para que se possa admitir uma brasilidade urdida por seus Outros: Outros sujeitos, Outros valores, Outros conhecimentos.

ABSTRACT: This essay seeks to problematize narratives that analyze literary characters on the margins of social and economic Brazilian stratification and featuring a representation of antagonistic identity to the modern concept of national subject. National identity becomes rediscussed through a rereading of Brazil, in which margin individuals are situated as the main motto of the [un]writing of a fragmented novel and a crossing movie. Thus, the texts pursue the question: Who are we? And more: which space we inhabit?

KEYWORDS: Identity. Nation. City. Contemporary Literature.

Referências

AQUINO, Marçal. *Cabeça a prêmio*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

BAL, Mike. *Introduction to the Theory of Narrative*. Toronto: University of Toronto, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora; 1999.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PIÑON, Néida. *A república dos sonhos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.